

# cescontexto

**Direitos e Dignidade**

**Trajetórias e experiências de luta**

IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos  
Africanos – VOLUME I

**Organização**

Maria Paula Meneses

Bruno Sena Martins

Nº 13

Abril de 2016

**Debates**

[www.ces.uc.pt/cescontexto](http://www.ces.uc.pt/cescontexto)



## **Propriedade e Edição/Property and Edition**

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

**[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)**

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: [cescontexto@ces.uc.pt](mailto:cescontexto@ces.uc.pt)

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

## **Comissão Editorial/Editorial Board**

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2016

## Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se os/as colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. À Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e à Clara Carvalho (e respetivas equipas), agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente: à Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado, Alberto Pereira e ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitos foram os/as que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todos/as, gostaríamos de referir especialmente o contributo da Romina Mello Laranjeira, da Carolina Peixoto, do Nuno Gonçalves, da Begoña Dorronsoro e do Carlos Nolasco. Um agradecimento especial à Inês Elias pela edição dos textos, assim como à coordenadora desta coleção, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra), Fabrice Schurmans (CES), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações este se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa (e a oferta de livros à biblioteca do CES). O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

## Índice

*Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins*

Introdução..... 10

*Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger*

A segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial: Reflexões a partir da História, da Literatura e do Direito ..... 14

*Bruno Sena Martins*

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos ..... 24

*Carolina Peixoto e Iolanda Vasile*

Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal..... 33

*Miguel Cardina*

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva..... 49

*Maria Paula Meneses*

Só revendo o passado conheceremos o presente? Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique ..... 56

*Luísa Marroni*

Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa 67

*Carla Patrícia Silva Ribeiro*

História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português ..... 88

*Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro*

A descolonização de Angola nos jornais de Esquerda portuguesa (do 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975)..... 101

*Alfredo Pazmiño*

Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans (LGBT) en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo, Cabo Verde..... 113

*Alain Souto Rémy*

As autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental ..... 131

*Bruno Santos de Araújo Fernandes e Karla Gobo*

As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970 ..... 138

*Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas*

Entre dilemas e escolhas: Consciência cultural e tradução cultural nas ONGD ..... 151

*José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges*

Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde..... 169

*Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello*

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ ..... 182

## Introdução ao Volume I

Este volume, que integra vários textos resultantes de apresentações feitas durante o IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos, intitula-se *Direitos e Dignidade – trajetórias e experiências de luta*.

Esta edição do Congresso teve como temática de fundo a *África Hoje – tempos e espaços de transformação*, procurando refletir sobre as mudanças que têm marcado o contexto africano de expressão ibérica nos últimos 40 anos. Central ao debate foi a análise da história recente de cinco novas nações independentes – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe –, das situações coloniais cuja resolução continua por definir, como é o caso do povo Saharai, e das relações do continente africano com as suas diásporas.

A permanência da centralidade da luta por direitos, pela sua história além da representação colonial, como os textos que integram este volume discutem, aponta a importância de imaginar um mundo ético e justo onde se cumpra a promessa de humanismo, do retorno da dignidade. Esta mudança de imaginário, para além de uma ideia de um ‘universal linear generalizante’, com várias implicações, como a questão da identidade nacional, exige um confronto direto com as realidades e heranças desconfortáveis produzidos pelo encontro colonial, incluindo as contínuas representações preconceituosas sobre a alteridade. Ou seja, um reclamar de justiça cognitiva (Meneses, 2009) como uma questão fulcral das políticas de conhecimento, da forma como o conhecimento de matriz colonial produziu e continua a produzir alteridades excludentes.

Um dos corolários das mudanças que o continente tem conhecido desde a década de 90, parcialmente resultante das políticas geradas pela agenda neoliberal, tem sido a explosão de políticas de identidade. E não se trata apenas de políticas étnicas, mas igualmente de políticas de género, sexualidade, idade, raça, religião, de classe, etc., onde as lutas políticas pelo alargar da cidadania, têm vindo crescentemente a reclamar outros direitos, pelo reconhecer da dignidade, a partir da sua própria história, da sua experiência. Este reclamar do Sul global é um desafio permanente às representações forjadas por qualquer saber que, sendo local, se procura projetar como global. Este posicionamento teórico e metodológico, como é o caso das políticas coloniais, é a afirmação de uma única ontologia, de uma epistemologia única, cujas tentativas de universalização importa analisar.

Como vários textos que integram este volume sublinham, a latência do projeto político colonial, enquanto paradigma, segue presente num conjunto de axiomas, conceitos e discursos através dos quais se representa o continente africano como objeto de conhecimento. O resultado da apropriação política, económica e científica do continente pelo moderno projeto colonial assentou na negação do reconhecimento da diversidade que a ideia de África esconde e olvida. A persistência perversa deste projeto que Valentin Mudimbe (1988) descreve como ‘bibliotecas coloniais’ resulta particularmente visível na contínua afirmação de fraturas e de uma hierarquia de saberes, produzindo sociedades assumidas como mais desenvolvidas que outras, reproduzindo-se esta segregação hierárquica em múltiplos lugares: nas instituições, no vocabulário, nos saberes, nas imagens, nas doutrinas, etc..

Apesar de ser impossível desfazer a violência do encontro colonial, o apelo à descolonização passa pela emancipação económica e epistémica dos povos colonizados, onde o fundamento da libertação reside no direito inalienável de um povo a ter a sua própria história, a tomar decisões a partir da sua realidade, da sua experiência, a readquirir plena posse da sua dignidade. Neste contexto, descolonizar o conhecimento passa por uma revisão

crítica de conceitos centrais, hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna – estrutura de saber que legitima a expansão do projeto civilizacional moderno ocidental no mundo.

Este volume abre com um texto escrito por Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger. Juntos problematizam a segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial a partir da História, da Literatura e do Direito. Defendem que para que se instaure, de facto, o princípio da igualdade entre todos os brasileiros, faz-se necessário superar o paradigma epistemológico colonial, substituindo-o por uma visão de mundo que reconheça o direito às identidades dos diferentes grupos que compõem a trama social, sobretudo os historicamente oprimidos, valorizando a contribuição de suas culturas como conhecimentos relevantes para a constituição da própria identidade brasileira.

No capítulo dois discute-se a violência colonial no Portugal democrático, problematizando memórias, corpos e silenciamentos. O autor, Bruno Sena Martins, parte dos relatos de homens que ficaram marcados por uma deficiência no curso da Guerra Colonial (1961-1974) para construir uma reflexão sobre o lugar ocupado pela violência colonial na memória e na experiência social no Portugal contemporâneo.

Carolina Peixoto, Iolanda Vasile escreveram o capítulo 3, cujo enfoque vai dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais, analisando especificamente o caso das relações entre Angola e Portugal. As autoras analisam a presença de ideias ligadas às heranças históricas da (des)colonização em discursos utilizados por alguns dos principais meios de comunicação angolanos e portugueses ao retratarem as atuais relações entre os dois países.

Miguel Cardina, com um texto que questiona o lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva, demonstra, neste capítulo 4, que o colonialismo e a Guerra Colonial continuam a ser temas incómodos em Portugal. O autor chama a atenção para uma simultânea exaltação e rasura destes temas num conjunto de discursos proferidos, entre 2006 e 2014, particularmente nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho, pelo então Presidente da República Portuguesa.

O capítulo 5, de Maria Paula Meneses, questiona a importância de revisitar o passado para compreender alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique. A autora analisa o processo de mudança da toponímia em Moçambique, no período que antecedeu de imediato a independência (março-junho de 1975), para questionar, de forma mais ampla, os processos de ‘descolonização’ mental, experimentados naquele país, nos anos que se seguiram à independência nacional.

No capítulo 6, “Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa”, Luísa Marroni analisa algumas das estratégias empregues na construção, bem como nos meios de divulgação, da Iª Exposição Colonial Portuguesa realizada com o propósito de combater a ignorância da população portuguesa em relação aos domínios ultramarinos, apresentando meios para educar os portugueses, quer fossem letrados ou não, para os assuntos coloniais e para o projeto imperial.

Na mesma linha, o capítulo 7, de Carla Patrícia Silva Ribeiro, explora, de forma comparativa, o papel da História e do Império nas representações identitárias do Estado Novo, nomeadamente ao longo dos anos 1930 e no princípio da década de 1940, período em que as exposições com temáticas coloniais se destacaram enquanto espaços e momentos privilegiados para a sustentação de uma orientação ideológico-histórica colonialista, permitindo avaliar a receptividade da opinião pública a este tipo de discursos, e procurando suscitar o interesse da população pela questão colonial.

O capítulo 8, da autoria de Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro, versa sobre a descolonização de Angola nos jornais da esquerda portuguesa. As autoras, a partir de uma amostra significativa de jornais publicados pela esquerda portuguesa, entre de abril de 1974 e novembro de 1975, mostram as diversas análises e propostas para a resolução de um dos problemas mais complicados que a jovem democracia portuguesa teve de enfrentar com o processo da descolonização de Angola.

Alfredo Pazmiño, com um trabalho sobre a génese e empoderamento do ativismo social para a defesa dos direitos humanos LGBT no Mindelo – Cabo Verde – constitui o capítulo 9. Neste capítulo, o autor narra, a partir de uma abordagem jurídico-etnográfica, o desenvolvimento do movimento LGBT cabo-verdiano e os processos de luta por empoderamento de uma população que não se contenta com o reconhecimento da igualdade jurídica e vai conquistando o espaço público em busca de igualdade social.

O capítulo 10 trata da relação entre as autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental. Neste capítulo, o autor, Alain Souto Rémy, apresenta os primeiros estudos de caso, bem como as hipóteses e meta-hipóteses iniciais, que fazem parte de uma investigação em andamento e cujo objectivo é problematizar a integração das chamadas ‘autoridades tradicionais’ na atual ordem jurídica estatal de Angola, tendo em atenção o facto de que tal integração permanece marcada por influências dos processos de colonização e descolonização.

Bruno Santos de Araujo Fernandes e Karla Gobo são os autores do capítulo 11. Neste trabalho, intitulado “As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970”, os autores partem de uma análise da política externa brasileira para identificar algumas variáveis que podem ajudar a explicar as transformações das relações Brasil-Portugal-Moçambique ao longo da década de 1970.

No capítulo 12, de Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas, os autores exploram os conceitos de ‘consciência cultural’ e ‘tradução cultural’ utilizando como estudos de caso o trabalho realizado por duas Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) na área da saúde, nomeadamente a promoção de medidas de prevenção contra o VIH e do tratamento de pessoas seropositivas no norte de Moçambique. Os autores destacam a importância da incorporação do conhecimento local no trabalho das ONGD e analisam os processos através dos quais é feita a tradução dessa consciência cultural.

José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges no capítulo 13, intitulado “Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde”, destacam a situação demográfica e social em que vivem as pessoas idosas na região subsaariana para elencar os principais desafios que se impõem aos governos de países onde a população idosa mais cresce em números absolutos, apesar do processo lento de envelhecimento populacional que caracteriza a região.

Este volume encerra com um capítulo de Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello. Intitulado “A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ”, o capítulo demonstra que os terreiros de Umbanda estudados não são apenas locais de culto religioso, mas também locais de promoção da saúde, tendo em vista a constatação de que as práticas terapêuticas da Umbanda têm complementado as práticas médicas oficiais e que este diálogo de saberes tem ajudando as pessoas nas suas aflições, mesmo em cidades onde a grande maioria da população tem acesso ao sistema oficial de saúde.



## Referências

Meneses, Maria Paula (2009), “Justiça Cognitiva”, in Antonio David Cattani, Jean-Louis Lavelle, Luis Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina/CES, 231-236.

Mudimbe, Valentin Y. (1988), *The Invention of Africa*. Bloomington: University of Indiana University Press.